



# A COLONIZAÇÃO DO ESTADO NOVO EM MATO GROSSO, 1937-1945: O DISCURSO E A HISTÓRIA

*Benícia Couto de Oliveira*

Mestranda em História (UNESP/Assis) e  
professora da UFMS (Dourados)

Este trabalho busca refletir acerca da função dos discursos de Vargas quando da implantação do projeto de colonização do Estado Novo no período de 1937-1945, no sul do Estado de Mato Grosso, através da criação da CAND (Colônia Agrícola Nacional de Dourados), onde a figura de Vargas assumiu importância significativa – a ele foi atribuído o desenvolvimento da região.

Palavras-chave: discurso e história; Governo Vargas; Estado Novo; imaginário; colonização.

---

*This work tries to analyse the discourses of the President Vargas whose purpose was to implante the National Agricultural Colonies during the period 1937 to 1945. It was observed that his discourses, in the mentioned period, aroused in certain segments of the Brazilian society the possibilities of a "New State" building.*

*Keywords: discourse and history; Vargas Government; New State Colonization.*

---

**N**o artigo *Imaginação Social*<sup>1</sup> Baczko discute a função do imaginário social numa perspectiva pluridisciplinar, ou seja, chama atenção para a importância de se buscar, em outras áreas, as contribuições necessárias para estudos e/ou pesquisas, que possibilitem interpretações de forma sistematizada, sem que com isso se perca de vista a metodologia escolhida. Todavia, acentua que não existe uma teoria do imaginário social e que as ortodoxias estão ultrapassadas. Cada pesquisa, segundo este autor, parte em diferentes direções.

Foi com tal suporte teórico que procuramos pensar a questão do apelo ao imaginário pelo governo Vargas durante o Estado Novo.

Refletindo acerca dos projetos governamentais do Estado Novo e analisando alguns discursos do período em estudo, proferidos pelo presidente Getúlio Vargas, percebemos que, no conteúdo, esses discursos são carregados de otimismo, simbolismo, mitos e representações imaginárias. O objetivo evidente era a clara intenção de convencer a sociedade de que o novo Estado vinha ao encontro das *legítimas aspirações de todos os brasileiros*.

No discurso de 1º de maio de 1941<sup>2</sup> ficam explicitados alguns desses elementos.

---

<sup>1</sup> Artigo publicado na Enciclopédia Einaudi. Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, vol. 5, p. 296-332.

<sup>2</sup> Discurso pronunciado em 1940 no estado de Goiás. In: *A Nova Política do Brasil*, vol. 8, Ed. José Olympio, Rio de Janeiro.

Não terminou nossa tarefa. Temos a enfrentar, corajosamente, sérios problemas de melhoria das nossas populações, para que o conforto, a educação e a higiene não sejam privilégio de regiões ou de zonas. Os benefícios que conquistastes devem ser ampliados aos operários rurais, aos que, insultados nos sertões, vivem distantes das vantagens da civilização. Mesmo porque, se não o fizermos, corremos o risco de assistir o êxodo dos campos e superpovoamento das cidades - desequilíbrio de conseqüências imprevisíveis, capaz de enfraquecer ou anular os efeitos da campanha de valorização integral do homem brasileiro, para dotá-lo de vigor econômico, saúde física e energia produtiva. Não é possível mantermos a anomalia tão perigosa como a de existirem camponeses sem gleba própria, num país onde os vales férteis como a Amazônia, permanecem incultos e despovoadas de rebanhos, extensas pastagens, como as de Goiás e Mato Grosso. É necessário à riqueza pública que o nível de prosperidade da população rural aumente para absorver a crescente produção industrial; é imprescindível elevar a capacidade aquisitiva de todos os brasileiros - o que só pode ser feito aumentando-se o rendimento do trabalho agrícola (Vargas, 1941).

De acordo com o referencial teórico escolhido para fundamentar nossas reflexões acerca da análise de certos discursos proferidos por Vargas, que dizem respeito às políticas públicas adotadas durante o Estado Novo, em especial as voltadas para o social, buscamos articular as idéias contidas nos discursos varguistas e as reflexões efetivadas pelos autores em questão. Dessa forma, cabe assinalar um trecho da obra *Imaginação Social*:

Está na moda associar a imaginação e a política, o imaginário e o social. Estas associações e os problemas que elas traduzem têm feito uma carreira rápida e brilhante, quer nos discursos políticos e ideológicos, quer nos das ciências humanas (Baczko, 1985, p. 296)

Ao estudarmos o período Vargas, em específico de 1937 a 1945, bem como os empreendimentos realizados pelo Estado nesse período, fez-se necessário refletir sobre os mecanismos utilizados pela máquina governamental, cuja finalidade era atingir os objetivos propostos pelo governo a partir do golpe de 1937.

Sendo assim, o recorte cronológico de 1937-1945 exige que recorramos a certas referências bibliográficas do período para, a partir daí, podermos analisar alguns discursos que dizem respeito às políticas públicas durante o Estado Novo, sobretudo as de expansão das fronteiras e colonização através da criação de colônias agrícolas nacionais na região Centro-Oeste, principalmente.

Dentre os estudiosos do período Vargas, Alcir Lenharo, ao referir-se aos mecanismos utilizados pelo governo a partir de 1937, assinala:

Quando do golpe em 37, a grande Organização Burocrática mostrou-se portadora de mais um novo e poderoso componente do poder - a máquina de propaganda. Há inúmeros indícios de que antes disso, esboçava-se uma articulada e bem montada organização da propaganda. Após 37, entretanto, essa máquina se expande e se aperfeiçoa, consoante a introdução de novos elementos essenciais à sua implementação e, cada vez mais, direcionada para atuar como uma máquina de dominação (Lenharo, 1986, p. 38).

Nessa perspectiva, passamos a analisar a campanha implementada pelo Estado para a ocupação dos espaços considerados "vazios", através da política de colonização do Estado Novo (1937-1945), nas regiões Norte e Centro-Oeste, mais especificamente no sul do antigo Estado de Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul, Região da Grande Dourados.

Em 1943, o então presidente Getúlio Vargas, através do Decreto Lei n. 5.941, de 28 de outubro, criou a CAND (Colônia Agrícola Nacional de Dourados) na região supra citada e distribuiu 6.500 lotes de terra de 20 a 50 hectares aos trabalhadores rurais comprovadamente pobres, vindos de vários estados do País, sendo a maioria da região nordeste.

Por essa ação, a figura de Vargas assumiu importância significativa na região, cujo desenvolvimento lhe é atribuído. Buscamos, através da análise dos discursos proferidos pelo presidente Getúlio Vargas, apreender os motivos que levaram à construção da imagem de Vargas como o "grande presidente", através da qual atribui-se tanto significado ao seu governo marcando, assim, toda uma época da história do Brasil. Dessa forma, cabe ressaltar que a campanha Marcha para Oeste teve como objetivo o apelo aos brasileiros para a construção da Nação, criando o artifício da imagem de uma "Nação Construída" pela participação de todos os brasileiros em conjunto, despertando, assim, o imaginário social através do sentimento de brasilidade.

No discurso proferido em Goiás em 1940<sup>3</sup>, Vargas afirmou:

Após a reforma de 10 de novembro de 1937, incluímos essa cruzada no programa do Estado Novo, dizendo que o verdadeiro sentido de brasilidade é o rumo ao oeste. Para bem esclarecer a idéia, devo dizer-vos que o Brasil, politicamente-

---

<sup>3</sup> Discurso pronunciado em 7 de agosto de 1941 no estado de Mato Grosso. In: A Nova Política do Brasil, Rio de Janeiro, vol. 9.

te, é uma unidade. Todos falam a mesma língua, todos têm a mesma tradição histórica e todos seriam capazes de se sacrificar pela defesa do seu território. Considerando-a uma unidade indivisível, nenhum brasileiro admitiria a hipótese de ser cedido um palmo desta terra, que é o sangue e a carne do seu corpo. Mas se politicamente o Brasil é uma unidade não o é economicamente. Sob este aspecto assemelha-se a um arquipélago formado por algumas ilhas, entremeadas de espaços vazios. As ilhas já atingiram um alto grau de desenvolvimento econômico e industrial e as suas fronteiras políticas coincidem com as fronteiras econômicas. Continuam, entretanto, os vastos espaços despovoados, que não atingiram o necessário clima renovador, pela falta de toda uma série de medidas elementares, cuja execução figura no programa do Governo e nos propósitos da administração, destacando-se, dentre elas, o saneamento, a educação e os transportes. No dia em que dispuserem todos esses elementos, os espaços vazios se povoarão. Teremos densidade demográfica e desenvolvimento industrial. Deste modo, o programa de 'Rumo ao Oeste' é o reatamento da campanha dos construtores da nacionalidade, dos bandeirantes e dos sertanistas, com a integração dos modernos processos de cultura. Precisamos promover essa arrancada, sob todos os aspectos e com todos os métodos, a fim de suprimirmos os vácuos demográficos do nosso território e fazermos com que as fronteiras econômicas coincidam com as fronteiras políticas. Eis o nosso imperialismo. Não ambicionamos um palmo de território que não seja nosso, mas temos um expansionismo, que é o de crescermos dentro das nossas próprias fronteiras. [...]. (Vargas, 1940, p. 31).

Sob esse prisma, os intelectuais do Estado Novo utilizaram-se de recursos constituídos por imagens ricamente elaboradas e pensadas, que atendiam a uma das finalidades principais: despertar na sociedade este sentimento de brasilidade. A campanha Marcha Para Oeste evidenciou esse apelo ao imaginário social, na medida em que Vargas, através de seus discursos, convocou a sociedade brasileira para a tarefa de "construção da Nação", na qual todos, no dizer de Lenharo (1986, p. 15) *se sentiam co-proprietários do território nacional*.

O discurso de 1940, acima citado, é um exemplo para essa reflexão.

Ao buscarmos uma explicação para o fato de Vargas ter apelado ao poder do discurso para transmitir o simbolismo, as representações e, de certa forma, a mentalidade de uma nova época, recorreremos novamente à obra de Branislav Baczko. Este, referindo-se às funções do imaginário, assinala:

Os antropólogos e os sociólogos, os historiadores e os psicólogos começam a reconhecer, senão descobrir, as funções múltiplas e complexas que competem ao imaginário na vida coletiva e, em especial, no exercício do poder. As ciências

humanas punham em destaque o fato de qualquer poder, designadamente o poder político, se rodear de representações coletivas. Para tal poder, o domínio do imaginário e do simbólico é um importante lugar estratégico (Baczko, 1985, p. 297).

Tendo como parâmetro essa afirmação de Baczko, inferimos que Vargas soube rodear-se de representações coletivas, através do simbólico e do mítico, como mecanismos estratégicos para implantar seu projeto político-econômico de expansão da fronteira agrícola e desenvolvimento do capitalismo durante o Estado Novo, colonizando os espaços considerados "vazios", sobretudo os da região Norte e Centro-Oeste.

Como exemplo, toma-se a criação de colônias agrícolas nas referidas regiões, cujo objetivo era, de acordo com Lenharo (1986, p. 22), *esvaziar as tensões sociais nas cidades*, encaminhando colonos sem terra para as regiões ainda não colonizadas. No sul do antigo Estado de Mato Grosso, a criação da CAND é um exemplo concreto dessa política.

Para realizar esse empreendimento, Vargas passou a apoiar a pequena propriedade. Discursando na Bahia, em julho de 1941, afirmava: *aos poucos veríamos desaparecer os tratos incultos e latifundiários, substituídos pela pequena propriedade, de vantagens sobejamente conhecidas*. (Vargas, 1941, p. 258).

Entretanto, sob uma análise mais crítica, percebemos o esboço da política de colonização do Estado Novo: desestruturar o latifúndio de forma sutil, apoiar a pequena propriedade de modo que ela, lentamente, consumisse a velha ordem latifundiária e, aos poucos, instaurasse a nova realidade agrícola que o desenvolvimento industrial do país exigia, forçando, assim, a transformação agrária através de dispositivos peculiarmente orientados para tal finalidade.

Refletindo sobre o momento de implantação da política de colonização do Estado Novo – tendo em vista o contexto mundial, pois o mundo vivenciava a Segunda Guerra Mundial – constatamos que o Estado assumiu a tarefa de promover políticas de desenvolvimento voltadas para o interior do País. Nesse sentido, os discursos de Vargas tinham, entre outros, o objetivo de despertar no povo brasileiro o sentimento de nacionalidade. Através da campanha Marcha para o Oeste, iniciada em 1938, Vargas, utilizando-se da *imaginação política*, criou o mito da construção da Nação fundamentada na *colaboração de classes*.

Sobre esse aspecto, é importante assinalar a obra de Otávio Guilherme Velho (1982). Para este autor, o movimento da Marcha para Oeste se intensificou de forma regular e progressiva a partir de 1938, *quando o nacionalismo passou a ser sistematicamente incorporado à ideologia do regime* (Velho, 1982, p. 14).

Diante disso, questionamos: a Marcha para Oeste, anunciada em 1938, pelo Presidente Vargas, seria o sintoma das preocupações do governo em ocupar os *grandes vazios*, intencionando não só manter a unidade política do País, como também, preencher os espaços entre as *ilhas econômicas* que formavam o Brasil? Na verdade, os espaços não se encontravam tão vazios assim. No sul de Mato Grosso, por exemplo, existiam grandes empresas saladeiras e extrativistas. Na região delimitada, a presença da Mate Laranjeira é uma prova concreta desse quadro. Portanto, supomos que a intenção de ocupar os espaços estava vinculada à questão de estratégia de segurança interna do Estado, bem como ao desenvolvimento do capitalismo no campo.

Uma outra questão a ser feita, é a seguinte: o que levou certos segmentos da sociedade brasileira a depositar tanta confiança na pessoa de Vargas e, independentemente dos resultados de seus projetos, passar a vê-lo como o chefe corajoso capaz de resolver os problemas sociais do País?

Uma explicação para essa atitude pode ser fundamentada, mais uma vez, numa passagem da obra *Imaginação Social: os atores políticos, em especial os 'chefes', são julgados não só pelas suas competências, mas também pela imaginação política e social que lhes é atribuída ou recusada* (Baczko, 1985, p. 296). Também a assimilação das decisões governamentais de Vargas, por parte da sociedade brasileira, podem ser explicadas, de acordo com o mesmo autor, no seguinte sentido:

Cada geração traz consigo uma certa definição do homem, simultaneamente descritiva e romântica, ao mesmo tempo que se dota, a partir dela, de uma determinada idéia da imaginação, daquilo que ela é ou daquilo que deveria ser [...]. Com efeito, todas as épocas têm as suas modalidades específicas de imaginar, reproduzir e renovar o imaginário, assim como possuem modalidades específicas de acreditar, sentir e pensar [...]. É assim que, através dos seus imaginários sociais, uma coletividade designa sua identidade; elabora uma certa representação de si; estabelece a distribuição dos papéis e das posições sociais; exprime e impõe crenças comuns; constrói uma espécie de código de 'bom comportamento', designadamente através da instalação de modelos formadores tais como o do 'chefe', o 'bom súbdito', o 'guerreiro corajoso' etc. (Baczko, 1985, p. 296).



Cabe ressaltar que, durante o Estado Novo, Vargas utilizou-se de diversos mecanismos, através dos quais criou nas pessoas, identificadas com suas idéias políticas por questões de necessidade ou por questões de interesse pessoal, a imaginação de um futuro melhor para toda a sociedade, projetado na pessoa do chefe "guerreiro", capaz de realizá-lo. Nesse sentido, a sociedade brasileira assimilou as idéias transmitidas através dos discursos, das propagandas das campanhas governamentais de resgate da brasilidade e do sentimento nacionalista, construindo, assim, o imaginário da *Nova Nação Brasileira*.

Nessa perspectiva, recorreremos mais uma vez a uma passagem de Baczko: Com efeito, é no próprio centro do imaginário social que se encontra o problema do poder legítimo, ou melhor, para ser mais exato, o problema da legitimidade do poder. Qualquer sociedade precisa de imaginar e inventar a legitimidade que atribui ao poder. (p. 310).

Cabe ressaltar, ainda, que a instalação do Estado Novo, em 1937, deu-se num contexto de tensões. Em nível externo, o mundo estava prestes à Segunda Guerra Mundial; em nível interno, aumentavam as tensões sociais nas cidades. A multidão circulando ao longo das ruas expunha os diferentes tipos citadinos: proprietários, artesãos, profissionais liberais, mendigos, prostitutas e loucos. A desorganização expressa nos diferentes personagens convivendo num mesmo espaço passou a representar uma ameaça aos detentores de bens, que insistiam na aplicação de métodos capazes de diminuir o "perigo" de que essa multidão podia ser portadora [...] (Martins, 1996, p. 76).

Segundo Martins (1986), a marginalidade passou a ser ralacionada ao desemprego e à pobreza, sobretudo nos grandes centros urbanos. Dessa forma, a partir do golpe em 37, o Estado passou a intervir diretamente no âmbito da economia, da política e demais setores da sociedade, tendo como justificativa resolver os problemas sociais. Nesse sentido, cabe interrogar: de onde Vargas buscou a legitimidade do poder? Será que no imaginário social? Já que, de acordo com Baczko, a sociedade precisa inventar a legitimidade que atribui ao poder?

A documentação consultada demonstra que as políticas públicas adotadas pelo Estado Novo, sobretudo as de expansão das fronteiras e colonização, não o foram por vontade política do governo Vargas mas foram, sim, o fruto das reivindicações dos trabalhadores rurais e urbanos, as quais, por vezes, foram encaradas como ameaça subversiva. E isso fica explícito nos discursos de Vargas na época:

É imprescindível fazer o isolamento, a segregação, dos focos contaminadores. Os comunistas reconhecidos e declarados, os pretensos pregoeiros de reformas sociais, os utopistas ingênuos e os agitadores mercenários que pregam idéias subversivas aberta ou disfarçadamente, devem ser afastados do contacto da sociedade e recolhidos a colônias agrícolas, onde os trabalhos da terra lhes aproveitarão como corretivo e educação para a vida honesta e construtora, ensinando-lhes o caminho do bem e o respeito aos direitos alheios (Vargas, 1936, p. 153).

Essa ameaça repressiva evidencia a presença de reivindicações de políticas públicas por parte dos setores de esquerda constituídos também por trabalhadores. Diante disso, estavam em jogo não só as preocupações político-ideológicas de *unidade nacional e de integração, mas, de forma especial, preocupações político-ideológicas* de segurança interna. Não parece que Vargas imaginasse a Marcha para Oeste como um *movimento massivo que ocuparia e desenvolveria metade do País em curto período de tempo*, mas sim, como um instrumento capaz de evitar aglomerações de desocupados nos grandes centros urbanos, como também de propiciar trabalho aos flagelados das secas do nordeste e substituir a imigração estrangeira evitando, assim, a possível penetração de *ideologias exóticas, com o conseqüente surgimento de conflitos sociais* (Neiva, *apud* Velho, 1982, p. 149).

Cabe ressaltar que a preocupação com as tensões nas cidades vem desde o início do Governo Vargas. Depois de esmagado o movimento da Intentona Comunista em 1935, o chefe de polícia Filinto Müller — em seu relatório — sugeriu, explicitamente, como uma medida importante para evitar outras ameaças do gênero, o *descongestionamento, nos centros urbanos, da massa de desocupados, rumo ao interior, sob a assistência e localização do Estado* (Silva, 1969, p. 442). Por esse motivo, criava-se o imaginário do medo de infiltração de ideologias exóticas.

Ao propor a construção do novo Estado Nacional, Vargas utilizou-se de mecanismos sutis para escamotear suas intenções repressivas. Referindo-se - em Cuiabá — ao desenvolvimento econômico do País, colocava, entre outras questões, que

[...] o problema da ocupação do nosso território é postulado da própria criação do Estado Nacional. Estamos fazendo a estruturação dos núcleos básicos do nosso crescimento, não apenas ao longo da faixa marítima, mas abrangendo a totalidade do país. E essa obra, que há de ser maior título de glória da geração

atual, porque significa unir e entrelaçar as forças vivas da Nação, retomou o lema bandeirante da Marcha para o Oeste (Vargas, 1941, p. 138-139).

Isto posto, pressupõe-se: a política de colonização estadonovista no sul de Mato Grosso, através da criação da CAND, foi muito mais um desdobramento da política de expansão de fronteiras que visava mais à consolidação do projeto ditatorial nacionalista do Estado Novo e o desenvolvimento do capitalismo no campo, do que à solução dos problemas dos trabalhadores que reivindicavam a terra como meio de trabalho.

O que é intrigante nisso tudo é que a proposta da *Nação construída por todos os brasileiros* foi assimilada pela maioria, o que teve fundamental importância, segundo Gomes (1994:175), para a organização do novo Estado *verdadeiramente nacional e humano*, proposto pelo discurso político do Estado Novo, pois possibilitou a criação do imaginário da construção da Nação, através da participação coletiva dos que se engajaram para tal realização.

Entretanto, a história tem demonstrado que a nova Nação idealizada pelos intelectuais do Estado Novo, imaginada pelo povo brasileiro, não foi tão "verdadeiramente nacional e humana". Isso porque não resolveu os problemas sociais do País, pois, pela lógica do sistema, nem poderia tê-los resolvido, tendo em vista que o que estava em jogo era o desenvolvimento do capitalismo num casamento entre a agricultura e a indústria num País de terceiro mundo, cujo preço, na maioria das vezes, são os baixos salários, a miséria, a fome, entre outros.

Dessa forma, podemos concluir que os discursos do governo varguista, consciente ou inconscientemente, são carregados no seu conteúdo de várias representações simbólicas como, o mítico, o ideológico, o imaginário para construir a mentalidade de uma "nova época". Para tanto, foram adotados, por vezes, métodos repressivos para fazer valer suas intenções. Tratando disso, Martins (1996, p. 75) assinala que as instituições criadas, como a *Igreja, a escola, as Colônias Agrícolas, as Milícias e Ordenanças funcionaram enquanto mecanismos capazes de coibir a itinerância da população que se queria controlar*. Essas estratégias fizeram com que a sociedade, na sua maioria, acreditasse na possibilidade de se construir uma "nova ordem".

A colonização do sul de Mato Grosso, através da criação da CAND, deve ser considerada como um desdobramento dessa política, pois para ela

foram encaminhados colonos de vários Estados do País com a promessa de fixar o homem no campo via pequena propriedade. Todavia, empiricamente podemos constatar que, na prática, isso não ocorreu, tendo em vista que a região delimitada caracteriza-se hoje pela presença de grandes empresas de agropecuária e de agroindústria que utilizam uma alta tecnologia agrícola.

Outro ponto a ser considerado é que a partir da década de 1950, segundo Lenharo (1986, p. 53), passou a haver especulação com a terra em Mato Grosso, sobretudo na região de Dourados. *Os especuladores compravam as terras por 5 e 10 cruzeiros e as revendem por 100 e 150 cruzeiros. Em Dourados a revenda chegava a 300 cruzeiros.* Dessa forma, a especulação em torno da venda de terras contribuiu para a concentração da propriedade e aquela parcela da população, que foi o ponto central dos discursos de Vargas, foi mais uma vez excluída do processo de aquisição da terra como meio de sobrevivência e acumulação de bens. Nesse sentido, Lenharo (1986, p. 480) assinala o seguinte: *pelo modo como a terra estava sendo apropriada, no entanto, não havia lugar para aqueles trabalhadores, não. Ou melhor, lugar havia, mas somente para trabalhar para os outros, e continuar sem terra, como antes.*

Cabe ressaltar, por fim, que a política varguista, sobretudo a do Estado Novo, suscita ainda muitos questionamentos, como, por exemplo, como explicar as estratégias do governo de Vargas que propunha beneficiar uma parcela da sociedade quando, historicamente, constatamos que outras é que foram beneficiadas. A tentativa, neste artigo, foi a de discutir até que ponto o poder dos discursos de Vargas despertou, em certos segmentos da sociedade, sobretudo nos que aderiram ao regime, o imaginário da possibilidade de se construir uma "nova ordem" através da "colaboração de classes".

### Referências Bibliográficas

- BACZKO, Branislaw. Imagem Social. In: Ruggero Romano (dir). *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa : Imprensa Nacional - Casa da Moeda, vol. 5, p. 296-332, 1985.
- CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a política da Era Vargas*. Brasília : Ed. da Universidade de Brasília, 1990.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Vargas: o capitalismo em construção*. São Paulo : Brasiliense, 1989.
- GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro : Relume Dumará, 1994.

- IANNI, Octávio. *A formação do Estado populista na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- LENHARO, Alcir. *Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste*. Campinas : UNICAMP, 1985.
- . *Sacralização da política*. 2.ed. Campinas : Papyrus, 1986.
- . A terra para quem nela não trabalha : a especulação com a terra no Oeste brasileiro nos anos 50. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 6, n. 12, p. 47-64, mar./ago. 1986.
- MARTINS, Silvia Helena Zanirato. *Artifícios do ócio: mendigos e vadios em São Paulo (1933-1942)*. Tese de Doutorado - UNESP - Assis, 1996.
- NEIVA, Artur Hehl. O povoamento do Brasil, características gerais. In: AHN/NEIVA, A PI 66.00.00 CPDOC/FGV: Rio de Janeiro, 1996, p. 2.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O Sebastianismo no Brasil: o imaginário em movimentos messiânicos nacionais*. *Revista USP*, dez. 1993/jan. 1994.
- RICARDO, Cassiano. *Marcha para Oeste*. 4.ed. Rio de Janeiro : José Olympio : Edusp, 1970. 2v.
- VARGAS, Getúlio Dornelles. *A Nova Política do Brasil*. Rio de Janeiro : José Olympio, 1940.
- . O trabalhador brasileiro no Estado Novo (01 de maio de 1941). In: *A Nova Política do Brasil*. Vol. 8, Rio de Janeiro : J. Olympio, 1941.
- VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato*. São Paulo : Difel, 1976 (Col. Corpo e Alma do Brasil).